Direcção Geral do Ensino Secundário

2.ª Repartição

Tendo em vista o que me foi apresentado pelos conselhos administrativos dos Liceus de Passos Manuel, Camões, Pedro Nunes, Gil Vicente e Garrett, sobre as perturbadoras conseqüências que para o ensino adviriam da execução do parecer emitido pelo Conselho Superior de Finanças, em sessões de 1 de Novembro de 1919 e 6 de Março de 1920, sob consulta do conselho administrativo do primeiro daqueles Liceus;

Considerando que a execução de tal parecer levaria na prática à imoralidade de se verem castigados com uma redução de proventos os professores que fossem encarregados de direcções de classe e de laboratórios;

Considerando ainda que o espirito que preside à lei n.º 888, de 18 de Setembro de 1919, seria absolutamente falseado com a execução do referido parecer, porquanto dela resultaria agravamento de despesa para o Estado, pela nomeação de professores provisórios para os liceus, determinada pela escusa de serviço extraordinário por parte dos professores efectivos na legitima defesa dos seus legítimos interesses;

Considerando que do confronto da redacção do § 1.º do artigo 7.º com a do artigo 1.º da citada lei n.º 888, de 18 de Setembro de 1919, se deve concluir que para a atribuição da subvenção deve apenas ser considerado o vencimento dos funcionários quando as gratificações que recebam correspondam a retribuição de serviços extraordinários a que, por lei, não sejam obrigados;

Usando da faculdade que me confere o artigo 19.º do decreto com força de lei n.º 5:525, de 8 de Maio de 1918, despacho favoravelmente às consultas que me foram apresentadas pelos Conselhos Escolares dos Liceus de Passos Manuel, Camões, Pedro Nunes, Gil Vicente e Garrett, que vão publicadas juntamente com este despacho.

Ministério da Instrução Pública, 23 de Junho de 1920.— O Ministro da Instrução, *Vasco Borges*.

Liceu de Passos Manuel.— À Direcção Geral do Ensino Secundário — Liv. 8.º — N.º 79 — Reitoria, 19 de Abril de 1920.— O Conselho Superior de Finanças emitiu o parecer de que só têm direito à subvenção concedida pela lei n.º 888 os funcionários cujos vencimentos adicionados das gratificações que perceberem não excedam o limite fixado na mesma lei. O conselho administrativo deste Liceu, constatando que a aplicação de tal doutrina se presta a resultados que se afiguram menos justos e equitativos, resolveu rogar a V. Ex.ª se digne submeter à apreciação de S. Ex.ª o Ministro a exposição seguinte sobre a aplicação do referido parecer, que parece justificar a interpretação dada por este conselho administrativo à citada lei e que abaixo se consigna:

«Consideremos um professor com mais de cinco e menos de dez anos de serviço, e suponhamos que exerce as funções de director de classe ou de laboratório. Perceberá, líquido de imposto de rendimento:

Vencimento	110\$50
Gratificação	13\$60
	124\$10

adicionando a subvenção de 15\$ ultrapassa o limite de 130\$, fixados na lei, do que resulta não ter direito ao abono da referida subvenção. Se, porém, esse professor se recusar ao serviço da direcção para que foi nomeado, terá direito à referida subvenção, porquanto perceberá apenas, líquido de imposto de rendimento, o vencimento de 110\$50, que, adicionado da subvenção de 15\$, não

ultrapassa o limite fixado na lei. Desta forma perceberá, líquido de imposto de rendimento:

Vencimento	110\$50
Subvenção	15\$00
	125\$50

Ao máximo de trabalho fica correspondendo o mínimo de remuneração, o que, sem dúvida, é menos justo, podendo dar ainda lugar a perturbação nos serviços pela recusa dos competentes a prestá-los, visto que dessa prestação lhes resulta diminuição de proventos. Tal inconveniente deixaria de existir desde que se tomasse em consideração para o abono da subvenção apenas o vencimento certo do professor».

Saúde e Fraternidade.— O Reitor, *Alberto Machado*.

Serviço da República.— Ex.º Sr. Reitor do Liceu de Passos Manuel.— Acêrca da consulta constante do seu officio n.º 1:849, de 22 de Outubro último, tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que o Conselho Superior, em sua sessão de 1 do corrente mês, deliberou aprovar o parecer abaixo transcrito: «O Conselho Superior de Finanças, acêrca da presente consulta, é de parecer que todas as gratificações se devem adicionar aos vencimentos de categoria, para efeito de abono de subvenção, como se depreende do artigo 1.º e § 1.º do artigo 7.º da lei n.º 888, de 18 de Setembro de 1919.

Saúde e Fraternidade.— Secretaria Geral do Conselho Superior de Finanças, 7 de Novembro de 1919.— O Secretário Geral, *João Teixeira de Queiroz Vaz Guedes*.— Está conforme».

Secretaria do Liceu de Passos Manuel, Lisboa, 19 de Abril de 1920.— O Chefe da Secretaria, *António José de Carvaiho*.

À Direcção Geral do Ensino Secundário — Do Reitor do Liceu de Camões — Reitoria — Liv. 13, n.º 36 — Lisboa, 26 de Maio de 1920.— O conselho administrativo do Liceu de Camões, reunido para apreciar os termos da exposição a que se refere a nota-circular n.º 229, liv. 2.º, de 11 de Maio corrente, do conselho administrativo do Liceu de Passos Manuel, sobre a qual V. Ex.ª se dignou pedir-lhe o seu parecer, tem a honra de comunicar que reconhece serem de tal modo graves os inconvenientes que para o regular funcionamento dos liceus adviriam da execução do parecer do Conselho Superior de Finanças constante da referida exposição, e tam injustas, e até imorais, seriam as conseqüências a que a prática de tal doutrina levaria, que, a ter de executar-se esse parecer, liceus do país haveria que se veriam na impossibilidade de ministrar o ensino prático nos seus laboratórios e museus, por falta de professores técnicos que quisessem assumir a sua direcção.

Ainda teriam o desgosto de ver altamente prejudicadas a educação cívica e boa disciplina que principalmente se acham a cargo dos directores de classe, de tam difficil recrutamento, se tivessem de sujeitar-se a verem, em conseqüência do desempenho desse cargo, cerceados os seus proventos.

É, por isso, de parecer que se impõe a inobservância prática dessa doutrina, que a bem do serviço não deve ser praticada.— Saúde e Fraternidade.— O Reitor, *Augusto César Claro da Rica*.

Ao Ex.º Sr. Director Geral do Ensino Secundário.— Do Reitor do Liceu Central de Pedro Nunes — Reitoria — Livro 20.º — N.º 557.— Lisboa, 31 de Maio de 1920.—

Em aditamento à nota que enviou a essa Direcção Geral sob o n.º 513 do livro 20.º, em resposta à nota que V. Ex.ª se dignou mandar sob o n.º 229, livro 2.º, tem a dizer que o conselho administrativo deste Liceu, embora mande abonar aos professores cujos vencimentos líquidos são inferiores a 130\$, em menos de 15\$, como subvenção, a importância que falta para completar aquela quantia, reconhece, como o digno conselho administrativo do Liceu de Passos Manuel, os inconvenientes apontados. De facto o professor com mais de cinco e menos de dez anos de serviço, exercendo as funções de director de classe ou de laboratório, tem de vencimento líquido mensal 124\$10 e recebe de subvenção apenas mais 5\$90, emquanto que, se se recusar ao serviço da direcção, fica, adicionada a subvenção, com 125\$50. Isto é, a direcção de uma classe ou de um laboratório é-lhe paga por 4\$50 mensais, o que é irrisório. Concorde, pois, para obviar a esse inconveniente, que o melhor meio seria considerar para o abono de subvenção apenas o vencimento certo do professor.

Saúde e Fraternidade.—O Reitor, *António Augusto Gonçalves Braga*.

Serviço da República.—Ao Ex.º Sr. Director Geral do Ensino Secundário.—O Reitor do Liceu Central de Gil Vicente.—Lisboa, 20 de Maio de 1920.—Liv. 7.º, n.º 246.—Em resposta à nota à margem indicada tenho a honra de informar V. Ex.ª que o conselho administrativo deste Liceu, a quem foi presente a representação do conselho administrativo do Liceu de Passos Manuel, em sua sessão de hoje, resolveu: Que, atendendo à justiça das razões expostas na representação do conselho administrativo do Liceu de Passos Manuel sobre um parecer do Conselho Superior de Finanças, cujas consequências não tiveram efeito no bom serviço e disciplina deste Liceu unicamente pela dedicação dalguns professores, que se sujeitaram a vencimentos menores arcando com maior trabalho e com maiores responsabilidades; mas, atendendo a que este estado de cousas não é justo que continue, pois que, sendo interpretada dessa forma a lei n.º 888, esta dará origem a desigualdades injustificáveis: O conselho administrativo do Liceu de Gil Vicente resolve apoiar a dita reclamação e portanto pedir-lhe que se tome em consideração para o abono da subvenção, apenas, o vencimento fixo.

Saúde e fraternidade.—O Reitor, *João Ribeiro Baptista Caldeira*.

À Direcção Geral do Ensino Secundário.—Do reitor do Liceu de Garrett.—Secretaria.—Liv. 4, n.º 253.—Lisboa, 19 de Maio de 1920.—Em resposta à nota dessa Direcção Geral à margem indicada, cumpre-me comunicar a V. Ex.ª que o conselho administrativo deste Liceu, em sua sessão de hoje, foi de parecer que é boa doutrina a exposta pelo conselho administrativo do Liceu de Passos Manuel, e portanto entende que, para efeitos da concessão da subvenção, se deve contar apenas o vencimento certo de cada funcionário.

Saúde e fraternidade.—O Reitor, *Mário de Alenquer*.

Direcção Geral do Ensino Secundário, 24 de Junho de 1920.—O Director Geral, interino, *Manuel de Sousa Coutinho*, chefe de repartição.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral

Decreto n.º 6712

Considerando que, em todos os tempos, a assistência em Portugal tem encontrado valioso auxilio na benemerência particular, cuja acção prestadiamente se traduz na existência de tantos institutos de socorro e amparo a dores e desventuras;

Considerando que é de justiça social afirmar a pública gratidão perante os homens de hoje e os vindouros, prestando homenagem aos que, com seus legados, doações e subsídios concorram para aquela obra de bem fazer;

Sendo certo que tantos desses nobres actos de solidariedade humana passam esquecidos, sem o testemunho de agradecimento colectivo que os beneméritos não requereram, nem necessitavam para móbil da sua generosidade, tam só determinada por desinteressados impulsos de sentimento;

Mas, considerando que, além de justiceira gratidão devida pela colectividade, constitui útil ensinamento e exemplo o honrar, de pública maneira, aqueles beneméritos:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Trabalho, determinar que no *hall* do mesmo Ministério seja criada a galeria dos «beneméritos da assistência social», onde serão colocados bustos ou retratos daqueles que à assistência pública ou particular ligaram ou venham a ligar os seus nomes, auxiliando-a ou promovendo-a.

Outrossim se determina que os encargos resultantes dessa homenagem sejam custeados pelos estabelecimentos contemplados, ficando desde já as instituições de beneficência privada autorizadas a despendere o que necessário for para o aludido fim, quando repute justa esta prova de reconhecimento aos seus generosos bemfeitores.

O Ministro do Trabalho assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 26 de Junho de 1920.—ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA—*Bartolomeu de Sousa Severino*.

Direcção das Bolsas Sociais do Trabalho, Estatística e Defesa Económica

Portaria n.º 2347

Considerando que o cooperativismo desempenha uma benéfica função económica cujos efeitos principalmente se fazem sentir nas classes mais desprotegidas, sobretudo no momento que atravessamos; e

Considerando que a carestia da vida concorreu para agravar a situação em que se encontra o funcionalismo público, tornando-se, por isso, necessário remediar tanto quanto possível um tal estado de cousas:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, tornar extensivas a todas as cooperativas de funcionários públicos legalmente constituídas as regalias que o decreto n.º 6:660, de 3 de Junho de 1920, concede à Cooperativa do Funcionalismo, com sede em Lisboa.

Paços do Governo da República, 26 de Junho de 1920.—O Ministro do Trabalho, *Bartolomeu de Sousa Severino*.